



Profissionalização Jornalística: Identidade, Anonimato e Autoridade¹

Monique Benati Rangel²

Resumo

Este artigo visa fornecer um panorama sobre o processo que transformou o ofício de jornalista em uma categoria profissional. Através da constituição de uma deontologia, fundamentada em pilares profissionais, com novas técnicas discursivas e de apuração, e da reconfiguração do mercado jornalístico, que proporcionou ao jornalista uma maior valorização, inclusive salarial, o jornalismo foi se transformando em uma profissão que passou a ter identidade, anonimato e autoridade.

Palavras-chave

profissionalização; identidade jornalística; autoridade; anonimato.

Introdução

O interesse em conhecer a história do jornalismo no Brasil vem aumentando de forma significativa nos últimos anos³.

Os anos 1950/1960 são considerados um marco no que se refere às transformações ocorridas na imprensa brasileira, sobretudo na carioca. Dentre as várias mudanças acontecidas no jornalismo dos anos 1950, iremos abordar o processo de profissionalização do jornalista. Ao constituir uma deontologia própria, o jornalismo adota técnicas discursivas e de apuração que lhe permitem afirmar-se como uma fala autorizada já que passa do comentário subjetivo aos “ideais da objetividade, neutralidade e imparcialidade”.

Marialva Barbosa (1996) afirma que muitos veículos já apelavam às idéias de objetividade e de imparcialidade no início do século XX, sobretudo no processo de construção de sua auto-imagem. Nos anos 1950, porém, tal estratégia de legitimação foi consumada através de mudanças de cunho mais prático, tais como a uniformização dos textos jornalísticos, a introdução de controles disciplinares, como o copidesque e o manual de redação, a retirada da emoção em busca de objetividade e imparcialidade na

¹ Trabalho apresentado ao NP de Jornalismo do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

² Mestre em Comunicação Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ex-professora da Universidade Castelo Branco e autora da dissertação “Suicídio e Golpe: os jornais como palco para escândalos políticos”. E-mail: m_benati@uol.com.br

³ Alguns exemplos de trabalho com essa perspectiva são: Ana Paula Goulart Ribeiro. Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50. Rio de Janeiro, ECO/UFRJ, tese de doutoramento, 2000; Carla Vieira de Siqueira. Sexo, Crime e Sindicato: Sensacionalismo e Populismo nos Jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática durante o Segundo Governo Vargas (1951-1954). Rio de Janeiro, PUC, Tese de doutorado, 2002; Marco Antonio Roxo da Silva. Companheiros em Luta: a greve dos jornalistas em 1979. Niterói, PPGC/UFF, Dissertação de Mestrado, PPGC/UFF, 2003; Marialva Barbosa. Os Donos do Rio - Imprensa, Poder e Público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000. v. 01.



hora de apurar e redigir uma matéria e a tentativa de substituição da lógica política que norteava os jornais por uma concepção mais empresarial do negócio.

Para compreendermos como essas alterações aconteceram, é fundamental caracterizarmos a imprensa dos anos 1950. Como era essa antiga imprensa, quais seus objetivos, formas de atuação, que lógica a norteava e qual era o papel do jornalista?

A antiga imprensa

A Constituição de 1946 e o desaparecimento dos órgãos censórios do Estado Novo fizeram com que o decreto 24.7776 de 1934 voltasse a vigorar no país, garantindo a livre manifestação do pensamento, após sete anos de censura.

Além de alterar os jornais existentes, a abertura política também favoreceu o surgimento de novos títulos na imprensa brasileira. Os jornais *Tribuna Popular*, *Imprensa Popular*, *Última Hora*, *Voz Operária*, *O Popular*, *Diário Trabalhista*, *O Mundo* e *Tribuna da Imprensa*, dentre outros, surgiram entre o final do Estado Novo e o Segundo Governo Vargas (RIBEIRO, 2000, p. 45).

É também nesse período que surge uma imprensa popular associada a nomes políticos. Chagas Freitas e Ademar de Barros (vinculados a *O Dia*), Tenório Cavalcanti (vinculado a *Luta Democrática*) e Getúlio Vargas (vinculado por Samuel Wainer a *Última Hora*) são exemplos de políticos que perceberam a importância de ter uma máquina jornalística que os beneficiasse e que fosse uma voz para as camadas populares (SIQUEIRA, 2002, p. 82).

A maioria dos jornais e revistas do país na época se concentrava nos pólos de maior expressão econômica, ou seja, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Distrito Federal (após sua fundação). O Rio de Janeiro tinha um grande número de títulos. Ribeiro aponta que, em 1954, 26 jornais disputavam o mercado carioca, enquanto Paris tinha 12 diários e Nova Iorque, apenas 7 (2000, p. 57).⁴

Até mesmo por sua constituição e formação, sendo muitas vezes porta-vozes de seus proprietários ou de grupos relacionados a eles, a maioria tinha como característica

4 Na década de 1950, os jornais eram divididos em matutinos e vespertinos. Os matutinos chegavam às bancas nas primeiras horas da manhã, enquanto os vespertinos chegavam por volta das 11 horas. Com um número maior de páginas, os matutinos eram mais minuciosos no tratamento das informações, tinham tom mais sério e analítico e opiniões de forte caráter doutrinário. Já os vespertinos tinham cunho mais sensacionalista e superficial, apresentavam grandes manchetes e davam uma importância maior às notícias locais. Sua linguagem era mais leve, sintética e direta do que a empregada nos matutinos.



intrínseca um jornalismo francamente político. Os ataques e elogios a figuras públicas eram explícitos. A linguagem era agressiva e virulenta, utilizando adjetivos nem sempre “simpáticos” e a posição política era transparente para o leitor. O comentário e a panfletagem eram uma marca desse jornalismo, assim como o tom personalista, que espelhava os posicionamentos dos donos dos jornais.

Transbordando a paixão dos debates e das polêmicas, tinham a lógica política como o principal motor a conduzir as relações dentro e fora dos jornais. Sem uma lógica empresarial que buscasse os lucros apenas da venda de seus exemplares eram, em geral, deficitários e precisavam contar não apenas com o valor recebido por sua venda e parca publicidade, mas também com as benesses governamentais, em forma de empréstimos generosos do Banco do Brasil e com as contribuições de pessoas públicas em resposta às chantagens dos donos de periódicos, que ameaçavam caluniá-las publicamente, dentre vários outros artifícios.⁵

Outro ponto importante a ser apontado é que o jornalismo da época era considerado um subproduto da literatura, ou uma “literatura sob pressão”, conforme afirmara Alceu Amoroso Lima. Logo, não era considerado uma categoria profissional, com uma deontologia estabelecida e que transformasse o ofício em profissão.

Além disso, a proximidade com a literatura fazia com que os textos jornalísticos não tivessem uniformidade. As formas de comentar e redigir cada notícia eram únicas, permitindo que cada jornalista desenvolvesse um estilo próprio. Os periódicos eram um espaço onde esses estilos transitavam livremente, sendo uma espécie de “vitrine” para o talento do escritor. Assim, o reconhecimento social do jornalista passava pela imprensa, mas não ficava nela.

Essa maneira de ver o jornalismo fazia com que os redatores pudessem sobressair em relação aos jornais em que atuavam. O jornal podia não ter tanta expressão e abrigar em seu corpo de profissionais um grande jornalista. A figura do grande jornalista predominava em relação à figura do grande jornal.

⁵ Não é possível restringir esta relação entre imprensa e poder apenas a esse período. Aliás, Nelson Werneck Sodré descreve alguns exemplos dessa relação já no início do século XX ao relatar que o presidente Campos Sales (Presidente do Brasil na virada do século XIX para o século XX) confessou em seu livro *Da Propaganda à Presidência* ter calado a grita dos jornais às custas de subvenção estatal (op.cit., p. 317). Vale lembrar, porém, que nos anos 1950 a profunda relação entre imprensa e poder se torna ainda mais evidente por conta da grave crise institucional no segundo Governo Vargas, cuja batalha tem como arena fundamental as páginas dos periódicos da época, mais notadamente *Última Hora* (pró-Vargas) e *Tribuna da Imprensa* (anti-Vargas). Para saber mais sobre essas formas de manutenção da empresa jornalística, ver artigo de Ana Paula Goulart Ribeiro, Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobrevivem as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 50?. In: Estudos de Jornalismo. Rio de Janeiro, vol. 1, Intercom, 2001.



A redação da época era rebuscada e possuía o chamado nariz-de-cera, um texto introdutório longo, em geral opinativo, que antecedia a narrativa dos acontecimentos. Tal narrativa seguia uma ordem cronológica dos fatos e poderia conter considerações e comentários dos mais diversos. Silva afirma que antes da reforma jornalística,

“(...) ninguém publicava em jornal nenhuma notícia de como o garoto foi atropelado aqui em frente sem antes fazer considerações filosóficas e especulações metafísicas sobre o automóvel, as autoridades do trânsito, a fragilidade humana, os erros da humanidade, o urbanismo do Rio. Fazia-se primeiro um artigo para depois, no fim, noticiar que o garoto tinha sido atropelado defronte a um hotel” (1991, p. 91).

A incorporação das novas práticas discursivas e de apuração

Ao longo dos anos 1950, os jornalistas começaram a adquirir um sentido de categoria profissional diferenciada da dos literatos, proporcionando o início de um processo de separação entre os campos literário e jornalístico⁶.

Até então, o jornalista era o único responsável pelos seus escritos e relatava os acontecimentos conforme sua própria visão de mundo, já que não havia um padrão a ser seguido. Através das alterações na linguagem e na estruturação do texto, houve uma padronização dos estilos e uma separação entre “discurso factual” e “ficção”.

As operações discursivas utilizadas para conferir objetividade ao texto referem-se basicamente à restrição do código, à escolha de palavras que denotem impessoalidade e à concepção de ausência de juízos de valor. A restrição do código significava a utilização de um reduzido número de palavras, além da preferência por expressões e regras gramaticais que favorecessem o rápido processamento do texto e da compreensão do leitor. As frases da linguagem jornalística eram curtas e o vocabulário, simplificado. Era a busca pelo “fato” em sua clareza, concisão e simplicidade (RIBEIRO, 2000).

A ausência de juízos de valor atingiu em cheio a opinião e a panfletagem. As novas regras supostamente retiravam do texto noticioso qualquer caráter emotivo e participante. A impessoalidade impôs um estilo direto, sem metáforas, que não contribuía para o “jornal como arena política”. A comunicação referencial, sem adjetivos, sem pontos de exclamação ou reticências descredenciou o jornalista *publicist*

⁶ Marialva Barbosa (1993) afirma que já na formação dos primeiros jornais constituídos como empresa na virada do século XX estabeleceu-se, além de uma verdadeira cumplicidade entre literatos e os jornais, a criação do profissional de imprensa neste período. Esta constatação da jornalista e historiadora ajuda-nos a reafirmar que o processo de incorporação dos ideais norte-americanos foram longamente discutidos pela comunidade jornalística, como ficará claro mais adiante.



ou literato, e tornou-o um ser anônimo, submetido às regras de produção, e comprometido com “a verdade dos fatos”.

Por outro lado, o revestimento do jornalismo nacional com o ideal de objetividade lhe permitiu ser identificado como um lugar neutro, independente, deixando de ser visto como um gênero literário e sendo reconhecido como um gênero de estabelecimento de verdades, pois o jornalista passou a ter a “objetividade nas mãos”.

Sem precisar tomar como seu o discurso panfletário de um ou de outro jornal, o leitor passou a acolher o jornalismo de forma diferenciada: se, com o caráter panfletário, o jornalismo era entendido como essencialmente político, com a objetividade – ou sua presunção – o leitor obtinha uma certa garantia de não-distorção dos fatos e a não-necessidade de buscar outras fontes de notícia. Era o surgimento do jornalismo informativo.

Além disso, a ancoragem factual do novo jornalismo, baseando-se em nomes, endereços e fatos reais, dava a idéia de “ser o real”, proporcionando ao leitor a confiança de que o jornalismo precisava para operar com legitimidade.

O tratamento da notícia também foi estruturado por regras específicas da profissão, o que, em termos práticos, significou a adoção da pirâmide invertida e do lide nos relatos jornalísticos.

O lide transformou-se em um dogma a ser seguido por todos aqueles que se considerassem jornalistas. Símbolo do “jornalismo informativo”, o lide não comportava estilos, comentários, polêmicas e críticas, conforme acontecia com o “jornalismo literário”. Todo texto jornalístico agora obedecia a um critério. No relato noticioso, o primeiro parágrafo resume o relato do fato principal, respondendo às perguntas básicas: quem, o quê, quando, onde, como e porquê. Os demais parágrafos seguiam a ordem de importância, com os dados sendo inseridos em ordem decrescente de relevância.

Seguramente, esse processo não aconteceu sem embates. Além do discurso literário, o jornalismo até os anos 1950 sofria influência também do discurso jurídico, pois era grande o número de advogados nas redações e que traziam do bacharelado a retórica marcada por um vocabulário de difícil entendimento.

O novo discurso jornalístico, em contraposição, propunha restrições formais ao código e à estrutura textual. Como muitos jornalistas daquela época compreendiam as redações como um espaço de ampla liberdade, de criação de um estilo próprio, os choques foram inevitáveis, pois era esse “estilo próprio” que o novo relato noticioso

desejava retirar das páginas dos periódicos. Para tal, entrou em cena a figura do copidesque.

Em sua famosa crônica *Os Idiotas da Objetividade*, Nelson Rodrigues qualifica o copidesque como “a figura demoníaca da redação” (2002, p. 46). Sua função consistia basicamente em padronizar o texto jornalístico, tirar-lhe o que era autoral. Eram especializados em redigir ou reescrever as notícias e os comentários de acordo com as orientações do jornal (em termos estéticos, políticos e/ou econômicos) e com as regras gramaticais. Nelson afirma que o copidesque ia de encontro às vaidades do jornalista:

“De repente, explodiu o *copy desk*. Houve um impacto medonho. Qualquer um na redação, seja repórter de setor ou editorialista, tem uma sagrada vaidade estilística. E o *copy desk* não respeitava ninguém. Se lá aparecesse um Proust, seria reescrito do mesmo jeito. Sim, o *copy desk* instalou-se como a figura demoníaca da redação” (op.cit, p. 46).

A partir do momento em que a redação passou a ser “infernizada” pelo copidesque, os jornalistas começaram a ter seus textos alterados. Mas estava em jogo mais do que isso. Ao serem nivelados do ponto de vista lingüístico através da inserção de um código próprio, os jornalistas perdiam seu renome, sua importância perante o jornal.

O copidesque era o símbolo maior da perda da autonomia e do prestígio. Os jornalistas eram corrigidos, alterados, simplificados, normatizados e nivelados. Novatos não tão brilhantes do ponto de vista intelectual e/ou redacional utilizavam a “receita de bolo” do aparato jornalístico e acabavam tendo um produto igual ao dos jornalistas que possuíam um estilo próprio para a escrita, moldado durante anos de experiência nas redações. Era o conflito entre a atividade intelectual e a atividade mecânica – a primeira pressupondo brilho, talento, esforço mental e a segunda requerendo, em geral, apenas a prática na execução de uma tarefa específica no menor tempo possível. Assim, ao tornar os textos equivalentes, os jornalistas “se tornavam” equivalentes. E eram os copidesques os responsáveis por essa equivalência ao obrigá-los de uma forma ou de outra a simplificar seu discurso.⁷

⁷ Os jornalistas passaram a diferenciar-se de uma outra forma perante seus pares. Seguindo os trâmites do novo jornalismo, que separa a opinião e a ficção do relato noticioso, aquele que alcança a glória de poder ser explicitamente subjetivo em um jornal, obtendo um espaço só seu, adquire prestígio, pois a ele é dada a possibilidade de opinar ou ser ficcionista dentro de um disputado espaço de subjetividade. Além disso, pode assinar seu nome, ou seja, reconquista um determinado “poder autoral”. Assim, o colunismo se coloca como um movimento contrário à impessoalidade do texto noticioso. Ana Paula Goulart Ribeiro afirma que assinar uma coluna não era apenas uma questão de vaidade pessoal, mas também de relativa segurança profissional em caso de demissão ou de insatisfação com o jornal onde se trabalhava (op.cit., p. 211).



Mas também não podemos compreender o copidesque realmente como uma “figura demoníaca”. Na realidade, ele contribuiu para a melhoria dos relatos dos periódicos pois, excetuando alguns jornalistas renomados e com espaço privilegiado nos jornais dos anos 1950, a maioria das matérias era mal escrita. Até o próprio Nelson Rodrigues reconhece os absurdos que existiam no jornalismo da época:

“Havia na imprensa uma massa de analfabetos. Saíam as coisas mais incríveis. Lembro-me de que alguém, num crime passionai, terminou assim a matéria: - “E nem um govinho ornava a cova dela”. Dirão vocês que esse fecho de ouro é puramente folclórico. Não sei e talvez. Mas saía coisa parecida. E o Pompeu trouxe para cá o que se fazia nos Estados Unidos – o *copy desk*. Começava a nova imprensa” (op.cit., pp. 46-47).

Assim, se a instituição do copidesque trouxe conseqüências para o jornalista, uniformizando seu trabalho, também uniformizou o jornal como um todo, o que significou um salto de qualidade no jornalismo, evitando possíveis “fechamentos folclóricos” como o acima citado.

Por trás da concepção do copidesque, existia a uniformização do discurso. Esta, por sua vez, refletia o cânone da objetividade, adotado pelos jornais, como um ideal a ser atingido. Nesse esforço de doutrinação sobre um “novo jornalismo”, os “antigos” ainda passaram a experimentar um outro controle, que exercia sobre eles um poder disciplinar: o manual de redação.

O primeiro manual de redação foi implantado pelo *Diário Carioca* em 1950.⁸ Redigido por Pompeu de Souza, tinha o título de “Regras de Redação do *Diário Carioca*” e sistematizava em dezesseis páginas várias técnicas que já vinham sendo adotadas pelo jornal nos anos 1940.

Um dos seus objetivos era instituir o “jornalismo informativo”. Por impor a impessoalidade, um estilo direto, não-metafórico, restringindo o código lingüístico e diminuindo a gama de escolhas disponíveis na redação das matérias, sua interferência é cabal no sentido de determinar como certo fato deve ser redigido, quais palavras são “permitidas” e quais não podem configurar no relato noticioso.

Submete ainda, através da padronização, os estilos pessoais a regras constituídas não apenas pelo campo jornalístico através do “novo jornalismo”, mas também pelo próprio jornal que constrói para seu corpo de funcionários normas de conduta específicas para diferenciar-se mercadologicamente. Essa identidade jornalística do

⁸ O manual de Redação do *Diário Carioca* foi o primeiro a ser efetivamente posto em prática. A primeira tentativa conhecida de introduzir no jornalismo brasileiro um manual de redação ocorreu nos anos 1920.



campo como um todo aparece nos manuais de redação através das semelhanças entre eles, mas em cada manual de redação há um espaço não para a identidade do jornalista, mas para a identidade do jornal, o que na prática possibilita, diante de um mesmo fato, diferentes enquadramentos pelos jornais.

Assim, através de seu caráter normativo e impositivo, o manual de redação instituiu-se, juntamente com o copidesque, em um poder disciplinar. Eram também, de uma certa forma, “ações civilizatórias”, no sentido de que tentavam “conduzir” o jornalista a adotar os padrões do jornal e do novo campo jornalístico constituído, em vez de inserir suas próprias colocações.

Em nossa visão, as redações viveram nesse momento novas relações, na medida em que foi instaurado um poder disciplinar através de novas normas discursivas, da introdução do copidesque e do manual de redação. Se Nelson Rodrigues afirma que, antes do copidesque, cada jornalista era como um “pavão enfático”, depois disso os jornalistas perderam o seu senso de “individualidade”, recebendo em troca a profissionalização através da constituição de uma identidade jornalística.

A profissionalização: identidade, anonimato e autoridade

O novo jornalismo, incorporado de forma prática e cotidiana pelos diários cariocas a partir da década de 1950, ao estabelecer-se como um gênero próprio, alterou o mercado jornalístico.

Os jornalistas passaram a ser compreendidos como profissionais e não apenas como “literatos mal-sucedidos ou em busca da fama”. Faculdades de jornalismo estenderam o ensino da “nova profissão” aos bancos escolares, não restringindo-o apenas ao tutorial prático fornecido pelo “dromedário” ao seu “foca” na redação⁹. Associações de classe também foram estabelecidas nos anos 1950/1960 com o objetivo de defender os interesses da nova categoria profissional.

Assim, percebemos que houve um processo que foi tornando a atividade jornalística uma profissão. A constituição de uma deontologia própria e o descolamento entre o jornalismo e a literatura foram, sem dúvida nenhuma, importantíssimos para essa mudança. Outro ponto fundamental foi a valorização profissional do jornalista, tendo

⁹ No jargão jornalístico, “dromedário” é um jornalista experiente, com anos de vivência em redação, ao passo que “foca” é um jornalista novato, recém-iniciado no jornalismo. Os relatos de vários jornalistas da época, entre eles Evandro Carlos de Andrade, Alberto Dines e Pompeu de Souza, são unânimes em afirmar que o aprendizado profissional acontecia pelas mãos de um “tutor” na redação, que lhes ensinava os “macetes” da atividade.



em vista, principalmente, o critério de remuneração salarial, embora compreendamos que outros fatores também tenham sido importantes e até mesmo decisivos nesse processo.

Segundo Ribeiro, até o fim da República Velha, a imprensa do Rio contava com um número elevado de colaboradores semi-profissionais. A autora afirma que o Estado Novo alterou um pouco essa situação, reconhecendo e regulamentando a profissão de jornalista e estabelecendo pisos salariais para as categorias de repórter de setor, repórter auxiliar, noticiarista, redator-auxiliar, subsecretário e secretário através de outro decreto (n.º 7.037), em 10 de novembro de 1944 (op.cit., p. 251).

O ambiente legal propício para a instituição da categoria jornalística, após o Estado Novo, não se restringia aos decretos firmados quando da ditadura. Getúlio havia estabelecido também políticas protecionistas: direito a transporte gratuito ou com desconto nas estradas de ferro da União, isenção nas viagens de navio, 50% de desconto no valor das passagens aéreas e nas casas de diversões públicas:

“Getúlio, muito inteligentemente, atuou para melhorar o padrão social do jornalista. A legislação do Getúlio deu grandes vantagens: o jornalista era isento do imposto de renda, no primeiro imóvel que comprasse não pagava o imposto de transmissão... Isso desonerava, facilitava” (Alberto Dines. In: *Eles Mudaram a Imprensa*, 2003, p. 169).

Essas benesses eram concedidas pelo Estado mas, até os anos 1950, os salários dos jornalistas eram insuficientes para viver, geralmente pagos com atraso, predominando um sistema de vales, conforme conta Nelson Rodrigues:

“O sujeito ganhava mal ou simplesmente não ganhava. Para comer, dependia de um vale utópico de cinco ou dez mil-réis. Mas tinha a compensação da glória. Quem redigia um atropelamento julgava-se um estilista. E a própria vaidade o remunerava” (op.cit., p. 46).

Evandro Carlos de Andrade¹⁰ confirma o baixo padrão de vida do jornalista na época:

“... quando eu entrei no *Diário Carioca*, o Paulistano [Luís Paulistano], que era o chefe da reportagem, tinha um fusca que devia ser um daqueles que sobraram da guerra, do exército do Rommel. E morava numa casa na Penha, paupérrima, sem nada. Quando eu comecei, a minha perspectiva de vida era a seguinte: se eu me der muitíssimo bem nessa profissão e chegar a ser chefe de reportagem em algum

¹⁰ Evandro Carlos de Andrade foi jornalista do *Diário Carioca*, do *Estado de São Paulo*, de *A Tarde* e do *Jornal do Brasil*. De 1971 a 1995, trabalhou no jornal *O Globo*, trabalhando posteriormente na *rede Globo*.



jornal, vou ter uma casa na Penha e um fusca igual ao do Paulistano. Aquilo era o êxito na profissão” (Evandro Carlos de Andrade. In: *Eles Mudaram a Imprensa*, 2003, p. 58).

A má remuneração era um dos fatores que fazia do jornalismo não uma profissão, mas sim um trampolim para outras carreiras e, muitas vezes, para o serviço público através de indicação de políticos. Muitos jornalistas também eram servidores públicos para compensar o baixo salário. Outros, ainda, trabalhavam em dois ou três locais diferentes para pagar suas despesas.

Última Hora teve um papel importante na alteração do quadro salarial da classe. Tanto no intuito de prestigiar o trabalho do bom jornalista quanto para romper com o conceito desfavorável a trabalhar num jornal de cunho getulista, Samuel Wainer começou a pagar aos seus funcionários cerca de dez vezes mais do que o salário dos demais jornais. Para não perder seus colaboradores, os outros diários viram subitamente suas folhas salariais incharem, pois tiveram que competir com o valor pago pelo *Última Hora*.¹¹

O aumento dos salários começou a permitir ao jornalista viver exclusivamente de seu ofício, trabalhando *full time*, ou seja, com regime de dedicação exclusiva a uma única empresa jornalística, sem poder acumular também cargos públicos.

Além da participação de *Última Hora* nessa elevação salarial, houve também a participação dos sindicatos e de associações de classe. Ribeiro diz que o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro conseguiu aumento de 40% em 1949, de 80% em 1953 e de 30% em 1955 (op.cit, p. 254).

Dessa forma, tanto a configuração do mercado jornalístico quanto os acordos realizados entre patrões e empregados elevaram os salários pagos para os profissionais de imprensa.

O primeiro sindicato dos jornalistas foi criado no Rio de Janeiro em 1935, sendo seguido pela criação de outros sindicatos nos demais estados do país. Apesar de não

¹¹ Vale aqui fazer um breve relato sobre o nascimento e características do jornal *Última Hora*. *Última Hora* nasceu em 12 de junho de 1951 sob o comando de Samuel Wainer, experiente jornalista. Estabeleceu-se como um pólo do pensamento nacionalista, difundindo as ações de Vargas e tornando-se a ponte entre o Presidente e a população através de um jornalismo popular e sensacionalista. Mas, apesar de ter sido um jornal criado explicitamente para defender e propagar o getulismo, Wainer apostou na inovação utilizando várias estratégias até então desconhecidas pelo jornalismo brasileiro. Graficamente, o novo jornal diferia dos outros por causa de sua diagramação inovadora, usando a cor de forma original e estabelecendo assim uma diferenciação nítida entre a capa e as páginas internas. No conteúdo redacional, o *Última Hora* era fruto da contradição que permeava a imprensa na década de 1950, situada entre o caráter panfletário e político dos jornais e sua necessidade, até mesmo em virtude da publicidade, de apresentar caráter mais empresarial e moderno. Conjugando essa combinação, e utilizando técnicas de vendas e de marketing desconhecidas pela imprensa nacional da época, *Última Hora* alcançou rapidamente o posto de um dos diários com maior tiragem no país, o que ameaçava os grupos oligárquicos que comandavam a imprensa até então.



mobilizarem muitos jornalistas, eles auxiliaram na percepção dos seus interesses políticos e sociais e tiveram papel importante na melhoria das condições de trabalho e remuneração dos profissionais.

Também foram organizadores de congressos pelo país. Em um deles, realizado em 1949, foi redigido um Código de Ética para a profissão, estabelecendo deveres do jornalismo, das empresas jornalísticas e dos jornalistas profissionais ajudando, assim, na construção da identidade profissional.

Outro fator que contribuiu para a profissionalização da imprensa e para a construção de sua identidade foi a criação do ensino superior em jornalismo. O primeiro curso regular de jornalismo do país foi ministrado na Fundação Cásper Líbero, em São Paulo.¹² Já no Rio de Janeiro, o primeiro curso de jornalismo foi o da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual UFRJ.

Rapidamente, cresceu no país o número de cursos de jornalismo e as escolas começaram a se tornar pólos irradiadores dos novos preceitos da profissão: objetividade, neutralidade e imparcialidade. As técnicas foram se tornando hegemônicas, então, não apenas pelo movimento dos jornais, mas também pelo próprio ensino nas universidades, que ampliavam o aprendizado profissional costumeiramente feito nas redações pelos jornalistas mais experientes.

Os novos pilares da profissão também foram importantes para o nivelamento dos profissionais de imprensa. Antes da reforma jornalística, havia uma aguda diferenciação entre redatores e os repórteres. Os redatores eram homens finos, que freqüentavam as altas rodas da sociedade, geralmente figuras de renome profundamente ligadas ao poder. Já os repórteres eram plantonistas de redação que cobriam o noticiário do dia - mal-vestidos, sem fama, sem dinheiro e sem acesso ao poder. Esses últimos escreviam a maior parte do jornal diário e, como geralmente tinham pouca instrução, entendendo a imprensa como um “bico”, realizavam um jornalismo de pouquíssima qualidade.

Com a ascensão do jornalismo informativo, porém, aumentou a valorização do noticiário e das reportagens. Dessa forma, os repórteres começaram a ganhar salários mais altos e tornaram-se uma figura central no jornalismo.

Com o relato informativo cada vez mais incorporado às redações, as figuras de renome começaram a disputar os pequenos espaços destinados à opinião e ao

¹² Para saber mais sobre o trabalho da Fundação Cásper Líbero, ver: Gisely Valentim Vaz Coelho Hime. A Hora e a Vez do Progresso – Cásper Líbero e o Exercício do Jornalismo nas páginas d’A Gazeta. São Paulo. Dissertação de Mestrado, ECA/USP, 1997.



colunismo. Como afirma Ribeiro, a figura do grande jornalista foi aos poucos cedendo espaço para a figura do grande jornal, num processo que a autora denomina “construção do anonimato” (op.cit., pp. 279-302).

Se essa construção do anonimato fez com que o jornalista perdesse seu renome, sua fama, digamos assim, por outro lado, possibilitou uma identidade jornalística. Essa identidade do jornalista brasileiro, entretanto, é, ainda hoje, fragmentada.

Albuquerque defende que, diferentemente da imprensa norte-americana, o jornalismo nacional ainda não apresenta valores consensuais a respeito do seu papel na sociedade. O autor enfatiza que o jornalismo brasileiro é resultado de um ambiente cultural, político, econômico e legal completamente diferente do que existe nos Estados Unidos. Logo, não há como supor que fossem semelhantes. Reitera ainda que a adesão dos jornalistas brasileiros aos princípios fundamentais do jornalismo “independente” são, antes de mais nada, gestos formais, pois os jornalistas brasileiros tendem a interpretar esses princípios, definindo seu compromisso político de maneira diferente ao praticado pelo jornalismo americano (2000, p. 25).

De fato, há versões contraditórias sobre o papel exercido pelo jornalista na sociedade. Para os objetivos desse artigo, vale contrapor quatro opiniões de jornalistas sobre seu papel na sociedade.

Para Mino Carta¹³, o jornalismo é “fiscal do poder em geral; do poder, onde quer que ele esteja, pois é tarefa do jornalista elevar o leitor, iluminar o leitor” (p. 208). Numa linha similar, Alberto Dines compreende o jornalista como intérprete da sociedade como um todo, como um servidor público *full time*, com disponibilidade total para fazer o exercício de interpretar essa sociedade” (p. 154).¹⁴

Já para Roberto Muller Filho, a missão do jornalista é “só informar, não é investigar, não é punir, não é julgar, não é ser “representante dos sem-voz”. Ele afirma que “isso é questão dos partidos políticos, das associações de classe. Não é do jornalista. Quando o jornalista acha que é, ele está usurpando uma função social para a qual não foi eleito” (pp. 275-276). Augusto Nunes¹⁵ segue também a linha informativa, dizendo que o “jornalista é quem conta a verdade sistematicamente, quem trabalha para que a

¹³ Mino Carta, jornalista, fundou e dirigiu a *Revista 4 Rodas*, trabalhou no *Estado de São Paulo*, criou o *Jornal da Tarde*, entre outros. Sua principal passagem profissional foi a criação da *Revista Veja*, em 1968.

¹⁴ Todas as declarações dos jornalistas citados neste parágrafo e no próximo tiveram como fonte: ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN, Fernando e ROCHA, Dora (org.). Eles Mudaram a Imprensa: Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

¹⁵ Augusto Nunes trabalhou nos Diários Associados como revisor, foi repórter da *Veja* por 13 anos, entre outros. Os destaques de sua carreira ficam por conta de dirigir a redação do *Estado de São Paulo* quando de sua reformulação e no trabalho da *Revista Época*, desde 1998, também como diretor de redação.

sociedade sempre saiba o que está acontecendo de importante”. Logo, para Augusto Nunes, a função social do jornalista “não é muito ‘pomposa’, é apenas contar a verdade, dizer o que acontece, explicar porque aconteceu” (p. 332).

Verificamos que, embora o jornalista tenha adquirido uma deontologia, tenha se firmado como um profissional com técnicas devidamente normatizadas, ainda há no jornalismo nacional certo dissenso sobre o papel realmente exercido pela profissão – “iluminação” do leitor através de uma atitude “interpretativa” ou apenas “informar”, contando “a verdade” sistematicamente?

Waisboard nos lembra que o modelo sul-americano de imprensa, diferentemente do modelo norte-americano, é um modelo híbrido, pois nem o modelo “independente”, usualmente sinônimo do jornalismo dos EUA, nem o modelo “partidário”, característico de muitos países europeus, consegue descrever com precisão a organização da imprensa na região (1995, p. 2).

O autor defende que as tradições da imprensa partidária, da imprensa independente e da imprensa alternativa têm estado presentes simultaneamente no jornalismo sul-americano e que, portanto, esses diferentes entendimentos sobre a imprensa impossibilitam falar da imprensa como uma entidade unificada. Logo, o jornalismo da região não é uma instituição monolítica, pois inexiste um consenso sobre “o papel da imprensa” devido às lutas e divisões ideológicas mais amplas. Assim, seria mais plausível falarmos em *jornalisms* (op.cit., p. 3).

Não podemos negar, entretanto, que a deontologia do jornalismo o constituiu, perante o público, como uma espécie de testemunha, tornando-o um profissional legitimado pelas suas técnicas para exercer uma função poderosa nos dias de hoje: a de ser “os olhos e ouvidos” da sociedade, na medida em que cobre os fatos mais importantes do “mundo real”.

Essa legitimação adquirida pela profissão jornalística tem tornado o jornalista uma autoridade. Sennett define a autoridade de forma geral como uma “ligação entre pessoas desiguais”. Ele afirma ainda que a desenvoltura de quem exerce a autoridade “instiga os outros a considerarem natural submeter-se” e que “no sentido mais geral, a autoridade é uma tentativa de interpretar as condições de poder, de dar sentido às condições de controle e influência, definindo uma imagem de força” (2001, p. 22-33).

Que tipo de força seria essa? Zelizer compreende que a profissionalização do jornalista o tem conduzido para a constituição de uma “comunidade interpretativa”. Dentro dessa perspectiva, a autora toma como pressuposto que a autoridade “age como



uma fonte de conhecimento codificado que orienta as pessoas acerca de padrões adequados de ação”. Assim, a autoridade cria uma comunidade entre pessoas que compartilham noções semelhantes sobre ela, tornando-se um construto da comunidade, atuando como o material que mantém as comunidades congregadas. No caso dos jornalistas, é essa autoridade cultural que os ajuda a utilizarem suas interpretações dos eventos públicos de modo a se constituírem em comunidades autorizadas (1992, p. 2).

Traquina afirma que o conceito de “comunidade interpretativa” é definido como “um grupo unido pelas suas interpretações partilhadas da realidade”. Dessa forma, os jornalistas partilhariam não apenas crenças, mas também estruturas cognitivas, perceptivas e avaliativas (2005, p. 24).

Então, a imagem de força e de autoridade dos jornalistas se estabelece pela idéia de que eles são capazes de firmarem-se como porta-vozes legitimados, confiáveis dos eventos da vida real. Essa autoridade cultural permite aos jornalistas determinarem o seu direito de apresentar interpretações legítimas acerca do mundo (ZELIZER, 1992, pp. 11-13).

Diante do exposto, percebemos que, mesmo com uma identidade não tão coesa, o jornalismo nacional adquiriu um senso de profissionalismo ao partilhar valores e crenças que possibilitam a formação de uma identidade jornalística, cuja autoridade cultural os torna porta-vozes legítimos dos fatos. A partir do momento em que os jornalistas adquirem essa relativa unidade, transformando-se em comunidade, perdem o caráter individual. Salvo raras exceções, a uniformidade dos textos e dos procedimentos construiu o anonimato do jornalista mas, se ele perde como ser individual, ganha, como categoria profissional, um “status” de autoridade à medida em que transforma seu ofício em um sistema de produção de verdades.

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de (org.). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN, Fernando e ROCHA, Dora (org.). **Eles Mudaram a Imprensa: Depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

ALBUQUERQUE, Afonso de. “Um Outro Quarto Poder: imprensa e compromisso político no Brasil”. In: *Contracampo: Revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação* nº 4, pp. 23-57, 2000.



BARBOSA, Marialva. **Os Donos do Rio: Imprensa, Poder e Público**. Rio de Janeiro, Vicio de Leitura, 2000. v. 01.

_____. **Senhores da Memória**. Niterói, tese de concurso para professor titular, IACS/UFF, 1993.

DARNTON, Robert. “**Jornalismo: toda notícia que couber a gente publica**”. O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo, Cia das Letras, pp. 70-97, 1990.

HIME, Gisely Valentim Vaz Coelho. **A Hora e a Vez do Progresso – Cásper Líbero e o Exercício do Jornalismo nas páginas d’A Gazeta**. São Paulo. Dissertação de Mestrado, ECA/USP, 1997.

LESTER, Marilyn e MOLOTCH, Harvey. **As notícias como procedimento intencional: uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos**. In: TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa, Veja, pp. 34-51, 1993.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50**. Rio de Janeiro, tese de doutoramento, ECO/UFRJ, 2000.

_____. “**Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobrevivem as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 50?**”. In: *Estudos de Jornalismo*. Rio de Janeiro, vol. 1, Intercom, 2001.

SENNETT, Richard. **Autoridade**. Rio de Janeiro, Record, 2002.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro**. São Paulo, Summus, 1991.

SILVA, Marco Antonio Roxo da. **Companheiros em Luta: a greve dos jornalistas em 1979**. Niterói, Dissertação de Mestrado, PPGC/UFF, 2003.

SIQUEIRA, Carla Vieira de. **Sexo, Crime e Sindicato: Sensacionalismo e populismo nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática durante o segundo governo Vargas (1951-1954)**. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, PUC, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **O Estudo do Jornalismo no século XX**. São Leopoldo, Editora Unisinos, 2001.

_____. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis, Editora Insular, vol. 2, 2005.

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver: memórias de um repórter**. Rio de Janeiro, Record, 1987.

WAISBORD, Silvio R. **When Watchdogs Bark: press and political accountability in South American Democracies**. Trabalho apresentado na reunião anual da American Association, Chicago, 31 ago. 3 set., 1995.

ZELIZER, Barbie. **Covering the Body: The Kennedy Assassination, the media and the shaping of collective memory**. Chicago and London: University of Chicago Press. 1992.